

MARIZ DE OLIVEIRA

† PROF. WALDEMAR MARIZ DE OLIVEIRA JÚNIOR
ÂNGELA CASTELLO BRANCO MARIZ DE OLIVEIRA
SÉRGIO EDUARDO MENDONÇA DE ALVARENGA
RENATA CASTELLO BRANCO MARIZ DE OLIVEIRA
FÁBIO CASTELLO BRANCO MARIZ DE OLIVEIRA
REGINA MARIA BUENO DE GODOY
FELIPE SALUM ZAK ZAK
MARIANA SANTORO DI SESSA MACHADO

ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA
PAOLA ZANELATO
RODRIGO SENZI RIBEIRO DE MENDONÇA
FAUSTO LATUF SILVEIRA
JORGE URBANI SALOMÃO
GEORGE VICTOR ROBERTO DA SILVA
LAURA SOARES DE GODOY

EXMO. SR. DR. EDSON FACHIN, M. D. MINISTRO RELATOR DA
ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO Nº 89 DO C. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA, por seus advogados infra-assinados, nos autos da ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO supraepigrafada, em trâmite perante esse C. Tribunal e Secretaria respectiva, inconformado, *data maxima venia*, com a r. decisão monocrática de fls. 204/213 que rejeitou a presente arguição, vem, à presença de Vossa Excelência, interpor **AGRAVO REGIMENTAL**, nos termos do artigo 317 do RISTF, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos nas razões anexas.

Termos em que,

P. deferimento.

De São Paulo para Brasília, 1º de setembro de 2017.

ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA

assinado digitalmente

JORGE URBANI SALOMÃO

AGRAVO REGIMENTAL

AGRAVANTE: MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA

COLEND A CORTE!

SÍNTESE PROCESSUAL

O Presidente da República, Michel Miguel Elias Temer Lulia, doravante denominado agravante, arguiu a suspeição do Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, em razão de ter se tornado pública e notória a extrapolação dos seus limites constitucionais e legais inerentes ao cargo que ocupa nos casos envolvendo o Chefe da Nação.

Na exordial da arguição de suspeição, o ora agravante demonstrou, clara e nitidamente por meio de fatos comprovados por documentos, que a motivação do I. Procurador-Geral com relação ao Senhor Presidente da República é pessoal, revestida de verdadeira conduta obsessivo-persecutória, que extravasa as suas funções de *custos legis*, inerentes à nobre instituição do Ministério Público.

Contudo, em que pese a indiscutível suspeição do Exmo. Procurador-Geral, sobreveio a r. decisão monocrática ora impugnada,

rejeitando a arguição (fls. 204/213), razão pela qual a interposição do presente agravo regimental se mostra necessária.

A TEMPESTIVIDADE RECURSAL

A r. decisão de fls. 204/213 foi disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico do 1º de setembro de 2017, sexta-feira. Deste modo, a publicação efetiva-se no primeiro dia útil subsequente, qual seja, dia 04 de setembro, segunda-feira, de maneira que a interposição do presente agravo regimental até o dia 9 de setembro de 2017 é tempestiva, pois dentro do quinquídio legal.

A R. DECISÃO AGRAVADA

Nos termos da r. decisão monocrática ora combatida, a arguição de suspeição foi rejeitada porque *“as causas de suspeição e impedimento de atores processuais que funcionem no âmbito deste Tribunal encontram-se listadas no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (Título X: Dos processos incidentes), dispositivo que, embora formalmente regimental, tem status de lei, eis que editado com base em poder normativo primário que fora expressamente conferido a esta Suprema Corte pela Constituição de 1969 (art. 120)”* (fl. 207).

Prosseguindo, a decisão vergastada aduziu que, *“dessa forma, há regramento específico acerca de impedimento e suspeição, descabendo, na minha ótica, transportar para este campo a regência geral do Código de Processo Penal. Acrescento que referidas causas constituem rol taxativo e, por tal razão, não admitem alargamento pela via interpretativa* (fls. 207/208), sendo que **“esse cenário,**

por si só, já conduziria à manifesta inadequação da suspeição arguida” (fl. 209) (g.n.).

Além disso, restou assentado pelo *decisum* fustigado que, “*ainda que fosse cabível a presente arguição, **não se fazem presentes os requisitos para seu acolhimento.** (...) Calha consignar que, em relação ao processamento da exceção de suspeição, prescreve o art. 100, §2º, CPP, que “se a suspeição for de manifesta improcedência, o juiz ou relator a rejeitará liminarmente”. Esse dispositivo bem ilustra que exceções dessa natureza desafiam sustentação idônea, não se prestando pura e simplesmente ao desiderato de interferir na formação e deslinde da marcha processual” (fl. 209) (g.n.).*

Por fim, o E. Min. Relator do pedido decidiu: “*diante do exposto, nos termos do art. 21, §1º, RISTF, **rejeito a presente arguição de suspeição***” (fl. 212) (grifos no original).

Contudo, a r. decisão agravada, como adiante se demonstrará, deve ser reformada para que a suspeição do I. Procurador-Geral da República seja reconhecida.

RAZÕES DE AGRAVO

A correta fundamentação da arguição de suspeição

Ao revés do que constou na r. decisão aqui impugnada, não há que se falar em “*manifesta inadequação da suspeição arguida*” em razão da

fundamentação da exordial ter sido com base nos artigos de regência da matéria previstos nos Códigos de Processo Penal e de Processo Civil.

Isso porque, ainda que o Regimento Interno dessa C. Corte Suprema preveja dispositivos específicos acerca de “Processos Incidentes”, como ocorre em casos de suspeição, o fundamento utilizado para rejeitar liminarmente o pedido da arguição se mostra, com o devido respeito, descabido.

Nesse ponto, não se desconhece o poder normativo primário conferido a esse Pretório Excelso para estabelecer, por meio de seu Regimento Interno, o processo e o julgamento dos feitos de sua competência originária ou recursal.

Todavia, muito embora o Regimento Interno dessa C. Corte estipule a forma de processamento da arguição de suspeição, o seu próprio artigo 277 prevê que “*os Ministros declarar-se-ão impedidos ou suspeitos nos casos previstos em lei*” (g.n.).

Assim, e é óbvio, não só nesta, como em outras matérias, que o Regimento Interno possui um caráter subsidiário e complementar das normas de regência dos respectivos assuntos.

Ora, se o próprio Regimento Interno leciona que os impedimentos ou suspeições serão declarados de acordo com os casos previstos em lei, por que a fundamentação baseada nos Códigos de Processo Penal e de Processo Civil teria sido equivocada a ponto de ocasionar a rejeição liminar da exordial?

Não houvesse o ora agravante transportado “*para este campo a regência geral do Código de Processo Penal*” e do Código de Processo Civil, não saberíamos quais seriam as hipóteses em que ocorre suspeição, até porque o Regimento Interno desse C. STF não preconiza as causas que um Ministro, um membro do Ministério Público ou um auxiliar da Justiça pode ser declarado suspeito.

Esta foi a razão, portanto, de se fundamentar a arguição de suspeição com espeque nos artigos 104, 254, I e IV, e 258, todos do Código de Processo Penal, e artigos 145, IV, e 148, I, ambos do Código de Processo Civil.

Aliás, não faz o menor sentido, com a devida vênia, a r. decisão guerreada afirmar que “*há regramento específico acerca de impedimento e suspeição, descabendo(...) transportar para este campo a regência geral do Código de Processo Penal*” mas, ao final, rejeitar liminarmente a arguição de suspeição com base no artigo 100, § 2º, do próprio Código de Processo Penal.

Nota-se, assim, um descompasso entre a assertiva utilizada para rechaçar a fundamentação do ora agravante em sua exordial e a afirmação empregada para reconhecer a rejeição da arguição de suspeição.

Para a adequada articulação dos fatos narrados na petição inicial, fez-se necessária a interpretação sistemática da legislação esparsa, codificada e regimental sobre o assunto, de maneira que, nesse particular, o próprio E. Min. prolator do *decisum* impugnado se incumbiu desse mister.

Deste modo, de rigor o afastamento da rejeição da arguição de suspeição.

A inexistência de alargamento do rol taxativo das causas de suspeição

Contrariamente ao quanto assentado pela r. decisão combatida, não houve a ampliação do rol taxativo das causas de suspeição, na medida em que as hipóteses versadas na inicial de arguição se amoldam, sim, às causas previstas no artigo 254, incisos I e IV, do Código de Processo Penal.

Ao longo de sua exordial, o ora agravante descreveu fatos e juntou documentos que comprovam a existência de inimizade entre o I. Procurador-Geral da República e o Sr. Presidente da República, bem como o seu nítido aconselhamento de uma das partes.

Destarte, não houve o alargamento do rol taxativo das hipóteses de suspeição, mas, sim, a exposição dos fatos e dos fundamentos que lastrearam o pedido. Todos os argumentos expendidos na peça inaugural se fizeram necessários para evidenciar a sanha acusatória ministerial contra o agravante, sanha, esta, que se materializa na inimizade capital que justifica o acolhimento da suspeição do Chefe do Ministério Público Federal.

Nesse sentido, ao abrir o capítulo “*Flechadas no alvo errado*” (fls. 04 verso/05), o ora agravante demonstrou o primeiro argumento, de muitos, sobre a inadequada retórica do Senhor Procurador-Geral da República,

caracterizadora de inimizade com o Chefe da Nação, quando aquele afirmou: “*enquanto houver bambu, lá vai flecha*” e que “*até 17 de setembro, a caneta está na minha mão*” (fl. 16).

No capítulo atinente à “*Acusação aos pedaços*” (fls. 05/06), o agravante trouxe mais um indicativo da inimizade que o I. Procurador-Geral da República nutre contra si, pois, mesmo sem qualquer elemento que o justificasse, passou a proferir entrevistas no sentido de que há “*forte materialidade para segunda denúncia contra Temer*” (fl. 17), sem, contudo, informar quais os fatos que respaldariam essa suposta materialidade.

Ainda no mesmo capítulo, arguiu-se uma intitulada “*readequação*” do I. Procurador-Geral da República para incluir o agravante em inquérito já em curso, mesmo sem fatos específicos a autorizar a adição, o que igualmente denota a sua inimizade por meio do incontido desejo de imputar crimes ao Sr. Presidente, “*flechando-o*” por todos os lados, indiscriminadamente (fls. 22/24). Note-se que Vossa Excelência indeferiu esta pretensão no bojo do Inq 4327, em 10 de agosto de 2017 (fls. 391/395 daqueles autos).

Em outro capítulo, “*Ausência de imparcialidade*” (fls. 06 verso/07), trouxe-se à baila inúmeros exemplos a denotar a inimizade nutrida pelo I. Procurador-Geral da República em desfavor do agravante, como o açodamento ao oferecer denúncia pautada em elemento informativo clandestino e ilegal (a famigerada gravação) tão somente com o obstinado objetivo de incriminar o Sr. Presidente da República (fls. 25/26).

Com o tema “*Interferência na Polícia Federal*” (fl. 07), o agravante apontou outro exemplo caracterizador da inimizade suficiente a impor o reconhecimento da suspeição do Chefe do Ministério Público, na medida em que o Dr. Rodrigo Janot escolheu um delegado específico para a condução das investigações do Presidente, em evidente desrespeito aos demais integrantes da valorosa corporação da Polícia Federal (fl. 27).

No tópico sobre “*Impunidade incompreensível*” (fls. 07/08) foi explanado outro motivo relevante que demonstra a suspeição do I. Procurador-Geral da República nos casos envolvendo o agravante: a imunidade concedida aos delatores da J&F, pois se quedou inerte ao ouvir do Sr. Joesley Batista e de outros “colaboradores” a confissão de centenas de crimes por eles praticados e não cumpriu as obrigações inerentes ao seu cargo, relacionadas à instauração da *persecutio criminis* contra os criminosos. Ao contrário, os premiou com benesses que chocaram a sociedade brasileira (fls. 28/31).

Estreme de qualquer dúvida razoável, portanto, que o Dr. Rodrigo Janot coloca todas as suas energias e capacidade a serviço da causa única e pessoal de destituir o Presidente da República, mais um demonstrativo de sua inimizade.

Com relação ao capítulo intitulado “*Protagonismo Excessivo*” (fls. 08/09), o ora agravante expôs que o I. Procurador-Geral, com o único intuito de atingir o seu inimigo capital, o Sr. Presidente da República, concedeu incontáveis entrevistas à imprensa, proferiu palestras para os mais variados auditórios e se fez presente em seminários e congressos, no Brasil e no estrangeiro,

sempre com o intuito de discorrer sobre fatos e emitir suas opiniões sobre o Chefe da Nação sem nenhuma parcimônia, acusando-o e concluindo que o Presidente é culpado e ponto final (fls. 40/46).

Ademais, e de maneira a demonstrar o aconselhamento de uma das partes como causa de suspeição, o agravante veiculou, na inicial da arguição, o “treinamento” a que se submeteu Joesley Batista, que procurou o Ministério Público em fevereiro e manifestou o seu interesse em fazer uma delação premiada (fls. 10 verso/11), sendo óbvia a ciência que o Procurador-Geral possuía desse fato, até porque jamais contestou isso (fls. 71/72). Nesse ponto, o fundamento da r. decisão ora agravada de que a *“afirmação calcada exclusivamente em informe jornalístico, sem base empírica que lhe dê amparo maior”* (fl. 212), autoriza a dilação probatória na arguição de suspeição para a sua devida comprovação.

Por fim, não se pode esquecer outro fator que revela a suspeição do I. Procurador-Geral da República, igualmente confirmador da sua inimizade com o agravante. Trata-se do escamoteamento de 7 (sete) áudios recuperados dos gravadores de Joesley Batista. O que haveria nessas gravações que não pode ser verificado pela defesa? Até o momento, não se teve acesso ao respectivo conteúdo. Por sua vez, o Dr. Rodrigo Janot tem ciência do seu teor, uma vez que os autos do Inq 4483 a ele foram remetidos com vistas para esse fim.

Ilustre Ministro!

Como visto, as condutas do I. Procurador-Geral da República se afastam daquelas pertinentes ao adequado procedimento do responsável

pela instituição que tem por escopo exercer função essencial à administração da Justiça e defender a ordem jurídica.

No afã de envolver o Senhor Presidente da República em fatos incertos e não determinados, uma série de “certezas” foram lançadas pelo Chefe do *Parquet* que dificultaram sobremaneira uma análise isenta e desprovida de influências que só agora têm vindo à tona, sendo certo que toda a contextualização ora sintetizada, mas amplamente esmiuçada na exordial, evidencia a clara suspeição do Dr. Rodrigo Janot para a condução, no âmbito do Ministério Público Federal, de casos envolvendo o ora agravante.

O agir ministerial extrapola os limites legais da atuação de um *custos legis*, pois o obstinado empenho do I. Procurador-Geral da República no encontro de elementos incriminadores do Presidente, claramente excessivo e fora dos padrões adequados e normais, bem como as suas declarações alegóricas e inadequadas, mostram o seu comprometimento com a responsabilização penal do ora agravante.

A utilização, em escritos, pronunciamentos e entrevistas de uma retórica ficcional, afastada de concretos elementos de convicção mostram, juntamente com os fatos e as circunstâncias mencionadas na inicial, que o Senhor Procurador-Geral da República nutre um sentimento adverso ao Presidente da República, como aquele que caracteriza uma evidente inimizade.

Não se desconhece que os membros do Ministério Público gozam de independência funcional e autonomia para a formação de seu juízo

acusatório, bem como que é atribuição do Chefe da instituição esclarecer à população em geral sobre as atividades desempenhadas pelo órgão.

Entretanto, a existência dessas prerrogativas não autoriza que o I. Procurador-Geral saia “atirando flechas” na direção do Presidente da República ou se utilize de “carta branca” para a sua atuação, diante dos expressos limites previstos na Constituição Federal.

A defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, previstos no artigo 127 da Carta Magna, não pode ser relativizada em detrimento de uma sanha acusatória que caracteriza, no presente caso, patente inimizade capital.

Pois bem!

A arguição de suspeição foi rejeitada pelo E. Min. Relator nos termos do artigo 21, § 1º, do Regimento Interno desse C. STF. Contudo, conforme amplamente exposto nessas razões, não se trata de pedido manifestamente inadmissível, improcedente ou contrário à jurisprudência dominante ou à súmula do Tribunal.

Não se trata, igualmente, de “*interferir na formação e deslinde da marcha processual*”, na medida em que existem substanciosos elementos idôneos para o acolhimento, de plano, da arguição de suspeição oposta contra o I. Procurador-Geral da República ou, ao menos, permitir que os fatos sejam devidamente apurados em regular instrução probatória.

Diante das alegações expendidas pelo agravante, as quais estão comprovadas com documentos que mencionam as manifestações do próprio I. Procurador-Geral da República, não se pode excluir de apreciação do Poder Judiciário gravíssimas condutas por ele perpetradas e que têm importantes reflexos nos direitos do Sr. Presidente, pois todo o conjunto de fatos arrolados nessas razões e na peça inaugural mostram a suspeição do Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, nos termos do artigo 254, I e IV, do Código de Processo Penal, e, subsidiariamente, nos moldes do artigo 145, IV, do Código de Processo Civil.

Saliente-se, ainda, ser fundamental a apreciação da arguição oposta, tendo em vista o seu caráter prejudicial no que tange à eventual anunciada nova denúncia contra o Presidente da República. A suspeição, se reconhecida, macularia irremediavelmente a inicial do Procurador-Geral da República, razão pela qual, se oferecida, deverá ser sustada até o julgamento do presente agravo regimental.

OS PEDIDOS

Pelo exposto, requer-se seja **CONHECIDO** e **PROVIDO** o presente Agravo Regimental, com a conseqüente reconsideração da r. decisão que rejeitou a arguição de suspeição.

Todavia, caso Vossa Excelência mantenha a r. decisão impugnada, requer-se seja submetido o presente Agravo ao julgamento do Plenário, nos termos do artigo 317, § 2º, do Regimento Interno desse C. STF, para que seja

reconhecida, de plano, a suspeição do I. Procurador-Geral da República ou, ainda, para que se determine o início da instrução probatória em sede da arguição, nos termos do parágrafo único, do artigo 278, do RISTF, e do artigo 104 do Código de Processo Penal, de maneira a se comprovar cabalmente os fatos articulados na inicial, tudo isso como medida da mais lúdima **J U S T I Ç A !**

De São Paulo para Brasília, 1º de setembro de 2017.

ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA
assinado digitalmente

JORGE URBANI SALOMÃO